

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

Submetido em: 17/5/2025

Aceito em: 22/3/2026

Publicado em: 4/8/2026

Fernanda Gabriela Ferracini Silveira Duarte¹

Ademir Kleber Morbeck de Oliveira²

PRE-PROOF

(as accepted)

Esta é uma versão preliminar e não editada de um manuscrito que foi aceito para publicação na Revista Contexto & Educação. Como um serviço aos nossos leitores, estamos disponibilizando esta versão inicial do manuscrito, conforme aceita. O manuscrito ainda passará por revisão, formatação e aprovação pelos autores antes de ser publicado em sua forma final.

<https://doi.org/10.21527/2179-1309.2026.123.17260>

RESUMO

Uma grande cidade, neste artigo denominada Cidade Modelo, com crescimento populacional de 14,1% (2010-2020), enfrenta carência de vagas escolares nas periferias, agravada pelo fechamento de escolas em áreas centrais. Este estudo analisou os impactos dessa desativação, considerando a distribuição desigual de infraestrutura educacional, especialmente em regiões com multirresidenciais populares. A pesquisa qualitativa e exploratória revela que, enquanto escolas centrais foram desativadas devido à queda no número de matrículas, as periferias, como bairros com multirresidenciais populares, enfrentam superlotação e escassez de infraestrutura educacional. A desativação sem redistribuição de recursos amplia desigualdades, como no caso da Escola B, integrada à outra

¹ UNIDERP. Campo Grande/MS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2561-8723>

² UNIDERP. Campo Grande/MS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9373-9573>

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

unidade escolar sem planejamento adequado. A municipalização de instituições como Escola D e Escola G também eliminou o Ensino Médio nessas áreas. Verificou-se o reaproveitamento de escolas desativadas como centros comunitários ou culturais para atender demandas locais. O estudo conclui que a integração entre políticas educacionais e urbanas é crucial para garantir o acesso equitativo à educação e o desenvolvimento sustentável, enfatizando a importância de ações coordenadas entre educação e urbanismo para garantir a oferta de educação de qualidade em todas as regiões de Cidade Modelo.

Palavras-chave: Crescimento populacional; Educação periférica; Infraestrutura escolar; Planejamento urbano; Políticas públicas.

URBAN AND EDUCATIONAL CHALLENGES: SCHOOL REORGANIZATION AND POPULATION EXPANSION IN THE OUTSKIRTS

ABSTRACT

A large city, referred to in this article as Cidade Modelo, with a population growth of 14.1% (2010-2020), faces a shortage of school places in its outskirts, aggravated by the closure of schools in central areas. This study analyzed the impacts of this closure, considering the unequal distribution of educational infrastructure, especially in regions with popular multi-residential areas. The qualitative and exploratory research reveals that, while central schools were closed due to the drop in enrollment, the outskirts, such as neighborhoods with popular multi-residential areas, face overcrowding and a shortage of educational infrastructure. Closing without redistribution of resources increases inequalities, as in the case of School B, integrated with another school unit without adequate planning. The municipalization of institutions such as School D and School G also eliminated high school in these areas. It was observed that closed schools were reused as community or cultural centers to meet local demands. The study concludes that the integration between educational and urban policies is crucial to guarantee equitable access to education and sustainable development, emphasizing the importance of coordinated actions between education and urban planning to guarantee the provision of quality education in all regions of Cidade Modelo.

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

Keywords: Population growth; Peripheral education; School infrastructure; Urban planning; Public policies.

INTRODUÇÃO

A Cidade Modelo, destaca-se como a cidade com o maior crescimento populacional entre as demais de sua região, passando de 786.797 habitantes em 2010 para 897.938 em 2022, um incremento aproximado de 14,1% (IBGE, 2023). Esse crescimento reflete uma tendência observada nas demais cidades da região, impactando diretamente a demanda por escolas de ensino fundamental, especialmente nas periferias. Quando a população se expande, surge a necessidade de ampliar a infraestrutura educacional, incluindo escolas, creches e centros de ensino.

As periferias das grandes cidades, que geralmente abrigam populações de menor renda, enfrentam desafios específicos, como a falta de acesso a serviços básicos e infraestrutura insuficiente (SILVA, 2025). Cidade Modelo, segue a mesma tendência, com o aumento populacional nas periferias da cidade gerando pressão sobre a demanda por vagas em escolas de ensino fundamental. Como muitas das novas famílias se estabelecem nas áreas mais periféricas onde há maior oferta de terrenos e moradias populares, o crescimento rápido dessas regiões não tem sido acompanhado pela expansão da infraestrutura escolar, como ocorre em outras regiões brasileiras (TAVARES e ALENCAR, 2022). Esse descompasso tem levado a uma sobrecarga nas escolas já existentes, que, em muitos casos, não têm a capacidade física ou recursos humanos para atender a todos os alunos demandados.

Além disso, o crescimento demográfico nessas áreas é exacerbado pela chegada de novos empreendimentos habitacionais populares, como os multirresidenciais, que atraem famílias de baixa renda e, muitas vezes, ampliam a pressão sobre a rede pública de ensino (TORQUATO *et al.*, 2020). As escolas que atendem a essas regiões enfrentam um aumento substancial no número de matrículas, sem que a infraestrutura escolar tenha sido previamente dimensionada para atender a essa expansão. Isso gera a necessidade de salas de aula adicionais, novos profissionais da educação e até mesmo a ampliação das escolas existentes, o que nem sempre ocorre de forma planejada ou eficiente (GESQUI *et al.*, 2021).

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

O aumento da população também pode gerar a necessidade de ampliação das estruturas educacionais, ou até mesmo a criação de novas escolas. No entanto, se o planejamento urbano não for realizado de forma coordenada, pode ocorrer a falta de infraestrutura escolar adequada, o que compromete o direito à educação de qualidade e a equidade no atendimento educacional. E, como consequência, as crianças de áreas periféricas podem enfrentar dificuldades no acesso ao ensino, prejudicando o desenvolvimento social e educacional das comunidades (SOARES NETO *et al.*, 2014).

Por outro lado, associado ao crescimento populacional está o fechamento de escolas públicas nas áreas centrais de Cidade Modelo, enquanto as regiões periféricas, especialmente aquelas que abrigam multirresidenciais populares, enfrentam a escassez de vagas educacionais, o que tem gerado impactos significativos na acessibilidade e na qualidade do atendimento educacional (SILVA, 2021). A desativação dessas escolas também leva ao abandono de infraestruturas que poderiam ser reaproveitadas para outras funções comunitárias, contribuindo para a degradação urbana. Esse processo afeta diretamente o acesso à educação, o desenvolvimento social e a sustentabilidade urbana, uma vez que as políticas públicas não têm sido suficientemente integradas para garantir um atendimento educacional equitativo a toda a população, especialmente nas áreas mais carentes da cidade (SANTOS, 2021).

Um dos maiores desafios urbanos contemporâneos é a falta de articulação entre as políticas habitacionais, educacionais e de mobilidade, resultando em infraestrutura deficiente e desigualdade para as populações vulneráveis (SANTOS, 2021). Deste modo, é necessário propor soluções que considerem o reaproveitamento das infraestruturas abandonadas, fortalecendo comunidades e contribuindo para a revitalização urbana, o que pode fornecer subsídios para a criação de políticas públicas mais eficazes e integradas, promovendo uma cidade mais justa, acessível e sustentável para todos.

Assim, objetivou-se identificar os impactos do reordenamento de escolas públicas na área urbana de Cidade Modelo, considerando as dinâmicas populacionais e a distribuição de equipamentos educacionais, considerando a carência de vagas em regiões periféricas, especialmente nas áreas onde estão localizados os multirresidenciais populares, e as possíveis consequências da desativação das infraestruturas escolares.

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

Material e Métodos

Área de Estudo

O município de Modelo está localizado no centro do estado, cobrindo uma área de 8.082,97 km², representando 2,3% da extensão territorial do estado (PMCG, 2021). A cidade possui uma população de 898.100 habitantes, conforme o último Censo Populacional de 2022 (IBGE, 2022), dividida em sete regiões urbanas e dois distritos, conforme estabelecido pelo Plano de Desenvolvimento Urbano Ambiental, aprovado pela Lei Complementar n.º 341, de 28 de dezembro de 2018 (CAMPO GRANDE, 2018).

A região central da cidade compreende tipicamente o núcleo histórico e suas adjacências, abrangendo bairros próximos ao polo administrativo e comercial. Embora os limites precisos dessa área possam variar conforme critérios urbanísticos, geralmente inclui os bairros mais antigos e de maior densidade populacional. Para este estudo, adotou-se como referência uma escola no Bairro X, considerando também as demais localizadas em um raio de 5,5 km a partir dela.

Locais Escolhidos

Escolas Estaduais, localizadas em Cidade Modelo, que foram realocadas ou municipalizadas no período de 2018 a 2020.

- 1 - Escola Estadual A – Bairro X. Criada por meio do Decreto n.º 866, de 2 de fevereiro de 1981.
- 2 - Escola Estadual B. Localizada a 1,33 km da Escola Estadual A. Criada por meio da Lei n.º 1294, de 8 de abril de 1952.
- 3 – Escola Estadual C. Localizada a 2,21 km da Escola Estadual A. Criada por meio do Decreto n.º 5817, de 25 de fevereiro de 1991.
- 4 – Escola Estadual D. Localizada a 1,04 km da Escola Estadual A. Criada por meio do Decreto n.º 1973, de 22 de maio de 1955.
- 5 – Escola Estadual E. Localizada a 5,19 km da Escola Estadual A. Criada por meio do Decreto n.º 3469, de 21 de fevereiro de 1986, Art. 1º, inciso I.

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

6- Escola Estadual F. Localizada a 3,83 km da Escola Estadual A. Criada por meio do Decreto n.º 3469, de 21 de fevereiro de 1986, Art. 1º, inciso IX.

7 - Escola Estadual G. Localizada a 4,06 km da Escola Estadual A. Criada por meio do Decreto n.º 3469, de 21 de fevereiro de 1986, Art. 1º, inciso III.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com o objetivo de analisar os efeitos socioespaciais decorrentes do reordenamento da rede pública de ensino, enfatizando suas implicações na acessibilidade e qualidade da educação, sobretudo em territórios periféricos. A investigação foi estruturada em etapas complementares, iniciando-se por uma análise documental e bibliográfica, que abrangeu tanto fontes primárias — como dados demográficos do IBGE, registros oficiais de investimentos em educação, políticas públicas municipais e documentos institucionais (Projetos Político-Pedagógicos das escolas estudadas) — quanto fontes secundárias, incluindo literatura especializada em políticas urbanas, educacionais e habitacionais, além de estudos sobre os impactos do fechamento de unidades escolares.

Para espacializar e correlacionar os dados, empregou-se ferramentas de geoprocessamento (e.g., BatchGeo), permitindo mapear a distribuição geográfica das escolas desativadas, a localização de loteamentos residenciais populares e os padrões de adensamento populacional. Essa análise georreferenciada evidenciou a disparidade entre o fechamento de escolas em áreas centrais e a insuficiência de vagas nas periferias, agravada pela expansão urbana desordenada.

Os indicadores quantitativos — como taxas de crescimento populacional, expansão territorial periférica e evolução das matrículas — foram sistematizados em mapas temáticos e tabelas dinâmicas, viabilizando a mensuração objetiva da relação entre dinâmicas populacionais e demanda por infraestrutura educacional. O recorte temporal (2018–2024) permitiu identificar tendências recentes, com destaque para regiões de grande especulação imobiliária e a ausência de planejamento escolar proporcional.

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

Como resultado, a pesquisa não apenas diagnosticou os problemas, mas também avaliou propostas de reutilização das escolas desativadas, integrando-as a estratégias de revitalização urbana e inclusão social. As soluções discutidas englobam:

1. Reabertura ou ampliação de escolas em áreas de déficit educacional;
2. Conversão de prédios ociosos em equipamentos comunitários (e.g., centros culturais, espaços de formação profissional);
3. Fortalecimento de políticas intersetoriais que articulem educação, planejamento urbano e desenvolvimento social.

Essas diretrizes visam não apenas reduzir as desigualdades de acesso à educação, mas também transformar espaços subutilizados em catalisadores de bem-estar coletivo, alinhando-se aos princípios de justiça espacial e direito à cidade.

Resultados e Discussão

Entre 2018 e 2020, a Rede Estadual de Ensino passou por um processo de reorganização, que resultou na municipalização ou na integração de várias instituições. Durante esse período, escolas como a Escola Estadual A, a Escola Estadual B, a Escola Estadual C, a Escola Estadual D, a Escola Estadual E, Escola Estadual F e a Escola Estadual G foram desativadas. Seus acervos, alunos, servidores e materiais foram transferidos para outras unidades escolares, conforme estabelecido por decretos estaduais. Essas mudanças impactaram diretamente a comunidade escolar e a distribuição de recursos educacionais na cidade, tornando relevante a análise dessas instituições no contexto deste estudo.

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

Figura 1. Localização das Escolas Estaduais descontinuadas entre 2018 e 2020, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.



Legenda: 1. Escola Estadual A; 2. Escola Estadual B; 3. Escola Estadual C; 4. Escola Estadual D; 5. Escola Estadual E; 6. Escola Estadual F; 7. Escola Estadual G. **Fonte:** autores (2025).

A justificativa do Governo do Estado para a integração das escolas, que foi a diminuição no número de alunos matriculados, não leva em conta as complexas dinâmicas urbanas e sociais das periferias de Cidade Modelo. Embora a redução da demanda em áreas mais centrais possa ter ocorrido devido a fatores demográficos, como o crescimento de novas áreas residenciais mais afastadas, a ausência de uma análise mais profunda do impacto dessas mudanças nas regiões periféricas evidencia uma falha nas políticas públicas. A migração para os bairros periféricos aumentou a demanda por escolas nessas áreas, mas as decisões tomadas não contemplaram a necessidade de infraestrutura educacional adequada nessas novas regiões. Além disso, a centralização das escolas, como mostrado pela alocação dos alunos para instituições próximas ao centro, reflete uma abordagem técnica e econômica que não considera os efeitos de longo prazo nas comunidades mais distantes. A racionalização de recursos não pode ser a única justificativa, especialmente quando se

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

negligencia a equidade no acesso à educação. O planejamento educacional deve, portanto, garantir que as decisões atendam às necessidades de todas as regiões, respeitando as especificidades locais e promovendo a inclusão social e educacional de forma equitativa. Entretanto as informações obtidas (Quadro 1) demonstram que o número de alunos em alguns locais estava em crescimento, enquanto em outros, se mantinha.

Tabela 1. Número de alunos matriculados nas escolas integradas ou municipalizadas, 2015 a 2020, Cidade Modelo.

Escola/Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020*
Escola Estadual A	184	378	346	529	-	-
Escola Estadual B	283	337	342	284	-	-
Escola Estadual C	363	408	444	558	-	-
Escola Estadual D	270	285	274	266	275	210
Escola Estadual E	359	399	406	391	442	300
Escola Estadual F	262	246	235	251	210	252
Escola Estadual G	508	590	588	598	667	276

*2020: Matrículas após a municipalização. **Fonte:** CAMPO GRANDE (2020). Censo Escolar (2015-2019).

Em 2018, a Secretaria de Estado de Educação por meio de reorganização realizou a integração três escolas: Escola B, Escola C e Escola A, que apresentavam tendências distintas em relação ao número de matrículas. A escola A, por exemplo, teve um aumento significativo de alunos, passando de 184 em 2015 para 529 em 2018, enquanto a escola B apresentou a manutenção de matriculados, de 283 para 284. Já a escola C manteve um crescimento constante, com 363 matrículas em 2015 e 558 em 2018. Em 2018, a Secretaria

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

de Estado de Educação implementou uma reorganização da estrutura de atendimento educacional, com o objetivo de otimizar recursos e melhorar a qualidade do ensino público. Como parte desse processo, três escolas da rede estadual — A, B e C — foram integradas a outras unidades, visando a racionalização da oferta de vagas e a correção de distorções demográficas.

Conforme divulgado por agências de notícias, na época, essa reorganização foi parte de uma estratégia mais ampla da Secretaria de Estado de Educação para reduzir custos operacionais, evitar a subutilização de infraestruturas e garantir maior eficiência na alocação de professores e insumos pedagógicos. A medida também buscou equilibrar a distribuição de alunos, direcionando matrículas para unidades com capacidade ociosa e reduzindo a superlotação em outras. Essa intervenção ilustra os desafios do planejamento educacional em contextos urbanos dinâmicos, onde disparidades regionais exigem ajustes contínuos. Por um lado, a integração permitiu ganhos de escala e melhor aproveitamento dos recursos públicos; por outro, levantou questões sobre: Como foi o processo de transição para alunos e professores? A redistribuição de vagas considerou a mobilidade urbana e os deslocamentos cotidianos? A reorganização conseguiu frear a escassez de vagas em áreas periféricas ou apenas transferiu o problema?

Em 2020, outras quatro escolas foram municipalizadas: Escola D, Escola E, Escola F e Escola G, conforme o Decreto Municipal n.º 14.128, de 28 de janeiro de 2020 (CAMPO GRANDE, 2020). Essas unidades também apresentaram variações no número de matrículas ao longo dos anos. A escola D, por exemplo, teve uma redução, de 270 alunos em 2015 para 210 em 2020. A escola E, que chegou a ter 442 matrículas em 2019, registrou 300 em 2020. A escola F manteve-se relativamente estável, com 262 matrículas em 2015 e 252 em 2020. Já a escola G, que atingiu o pico de 667 matrículas em 2019, teve uma queda expressiva, com 276 em 2020, pois passou atender em período integral. O processo de municipalização do ensino no contexto brasileiro recente tem redefinido substancialmente a organização dos sistemas educacionais, conforme evidenciado pelos dados oficiais e estudos acadêmicos especializados. A transição analisada neste estudo revela um padrão consistente com as tendências nacionais: a rede municipal passou a concentrar seus esforços na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, enquanto o Ensino Médio foi

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

progressivamente assumido pela rede estadual. O Censo Populacional de 2022 revela uma concentração significativa de população nas regiões periféricas da cidade (Figura 2). Essas áreas, que historicamente eram menos habitadas, passaram por um processo intenso de ocupação, impulsionado pelo crescimento urbano e pela migração de famílias para locais com menor custo de moradia (PMCG, 2024). Esse fenômeno é característico de cidades em expansão, onde a falta de planejamento urbano integrado pode resultar em uma distribuição desigual de infraestrutura e serviços públicos (SANTOS, 2021).

Figura 2. Adensamento da população de Cidade Modelo, de acordo com o Censo Populacional 2022.

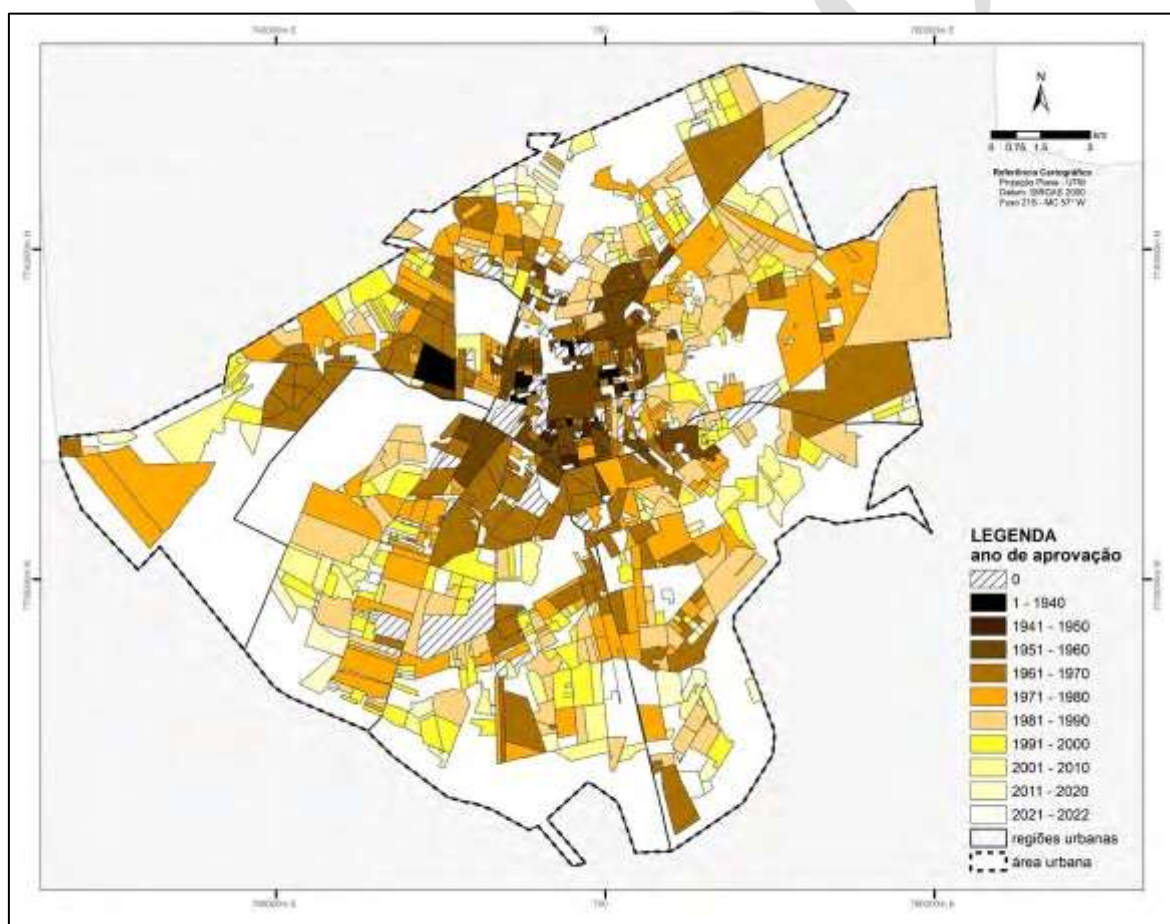


Fonte: Adaptado de PMCG (2024).

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

Ao comparar o adensamento populacional (Figura 2) com o Mapa de Loteamentos Residenciais (Figura 3), indicando os empreendimentos habitacionais aprovados entre 2011 e 2022, percebe-se uma clara correlação entre o crescimento populacional e a expansão dos loteamentos nas áreas periféricas. Os loteamentos, representados pelas cores mais claras no mapa, estão localizados predominantemente nas regiões mais afastadas do centro da cidade. Essas áreas, que antes eram pouco habitadas, tornaram-se polos de atração populacional devido à oferta de moradias populares e programas habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida (PMCG, 2024).

Figura 3. Loteamentos residenciais aprovados no município de Modelo, até 2022.



Fonte: Adaptado de PMCG (2024).

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

Essa migração para as periferias, no entanto, não foi acompanhada por um planejamento urbano que garantisse a oferta adequada de infraestrutura e serviços públicos, especialmente escolas. Enquanto as regiões centrais, onde o adensamento populacional é menor, concentram a maior parte das unidades escolares, as periferias enfrentam uma carência de vagas e equipamentos educacionais. Essa discrepância evidencia a necessidade de políticas públicas que integrem o planejamento urbano e educacional, garantindo que o crescimento populacional seja acompanhado pela expansão da infraestrutura escolar (SANTOS, 2013). A desativação de escolas nas áreas centrais, como as unidades A, B e D, sem considerar a realidade das periferias, revela uma falha no planejamento educacional e urbano. O reordenamento dessas escolas, que estavam em locais com menor demanda, agrava a escassez de vagas nas regiões periféricas, onde a população cresce rapidamente, especialmente com os novos loteamentos. A legislação vigente, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), não aborda de maneira eficaz a redistribuição de recursos e a construção de novas unidades em áreas de expansão. A proposta de um planejamento estratégico que leve em conta as necessidades locais, como sugerido por Santos (2013), é crucial para evitar ações fragmentadas e ineficazes, garantindo o acesso à educação de qualidade para todas as regiões, especialmente para aquelas mais carentes e distantes dos centros urbanos.

1 - Escola Estadual A – Bairro X

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, por muitos anos a instituição funcionou sem uma sede fixa, o que dificultava a estabilidade e o desenvolvimento de suas atividades. Somente em junho de 2000 foi inaugurado seu prédio próprio, marcando um novo capítulo em sua história (MS, 2012).

No ano de 2018, por meio da Secretaria de Estado de Educação, a escola aderiu a um programa voltado para a Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade educacional que integra o Ensino Médio à qualificação profissional, visando oferecer aos alunos uma formação mais completa e alinhada às demandas do mercado de trabalho. No entanto, ainda em 2018, foi anunciado o fechamento da unidade, e o Projeto foi transferido para outra

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

Escola Estadual, consolidando-se como parte de uma reestruturação do sistema educacional na região.

A integração oficial da escola A à esta outra Escola Estadual ocorreu por meio do Decreto n.º 15.132, de 10 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial em 11 de janeiro daquele ano (MS, 2019a). Após a desativação da escola, o prédio passou por uma reforma e, em outubro de 2019, foi reinaugurado para abrigar a Casa da Saúde, um espaço dedicado ao atendimento e promoção de serviços de saúde para a comunidade local.

Em setembro de 2023, o prédio foi desocupado novamente, dando início a um novo ciclo de transformação. Em abril de 2024, segundo informações da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, o local foi reestruturado para se tornar um Centro de Desenvolvimento para Atletas de Alto Rendimento e Paratletas. Esse novo propósito visa fomentar o esporte de alto nível, oferecendo estrutura adequada para o treinamento e desenvolvimento de atletas, além de promover a inclusão e o apoio aos paratletas, consolidando-se como um espaço para o esporte e a cidadania no estado.

2 - Escola Estadual B

Segundo o PPP da escola (MS, 2018a), a escola foi fundada em 1948 por membros da Casa Espírita Discípulos de Jesus e pela Casa Espírita Fé, Amor e Caridade, por meio da Fraternidade Educacional.

A escola passou a integral a Rede Estadual de Ensino em abril de 1952, tendo seu ato de criação realizado pelo Governo do Estado. A escola funcionou por 70 anos atendendo à educação básica desde a creche até os últimos anos do ensino fundamental e, no ano de 2019, suas atividades foram encerradas, naquele espaço (LARSEN e STEIN, 2024).

A Escola Estadual B foi integrada a outra Escola Estadual, com base no Decreto n.º 15.140, de 28 de janeiro de 2019 (MS, 2019b). Como resultado, estudantes, funcionários, materiais e documentos oficiais foram transferidos para a nova escola, localizada a cerca de 300 metros da Escola B. O prédio foi demolido após o fechamento da escola.

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

3 – Escola Estadual C.

De acordo com o último PPP da Escola (MS, 2018b), no aspecto socioeconômico, a comunidade escolar (pais e/ou responsáveis e alunos) matriculados era composta na maioria, de trabalhadores assalariados (pedreiros, diaristas, vendedores em pequenos comércios, trabalhadores informais e funcionários públicos, por exemplo), alguns com baixo nível de renda e que são assistidos pelos diferentes programas sociais de governo (Bolsa Escola, Bolsa Família e Vale Renda, entre outros).

A Escola C foi integrada a uma Escola Estadual, no mesmo bairro, conforme estabelecido pelo Decreto n.º 15.139, de 28 de janeiro de 2019 (MS, 2019c). Com isso, alunos, servidores, materiais e documentos legais foram realocados para a nova escola, situada a aproximadamente 750 metros da Escola C. Atualmente, o prédio que abrigava a escola está sem ocupação, com sinais de abandono.

4 – Escola Estadual D.

De acordo com o PPP (MS, 2018d), a escola foi inaugurada no dia 22 de maio de 1955 em uma região onde existiam poucas escola, e a Escola D foi uma das primeiras a ser estabelecida na área, com doação do terreno para a construção feita por um médico, jornalista, professor e governador do estado. Esse gesto fez com que a escola o homenageasse, adotando-o como seu patrono.

O acervo documental da escola foi transferido para a Escola Estadual mais próxima, situada a 400 m da Escola D. Essa transferência foi realizada com base no Decreto n.º 15.499, de 19 de agosto de 2020 (MS, 2020) que estabelece o encerramento das atividades da escola e a integração de seu acervo ao patrimônio das Escolas da Rede Estadual de Ensino. E, em 2020 a escola foi municipalizada.

5 – Escola Estadual E.

De acordo com o PPP da escola, a instituição iniciou suas atividades em 1986, ofertando os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. O Ensino Médio foi implementado inicialmente no período matutino, e estendido para o vespertino em 2014, ano em que as turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental foram encerradas. A escola

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

oferecia o Ensino Fundamental (anos finais) e o Ensino Médio no período diurno até o seu fechamento (MS, 2018e).

Um aspecto relevante destacado no documento era que aproximadamente 30% dos alunos matriculados eram provenientes de uma Comunidade Indígena Urbana. Esse dado incentivava a escola a buscar estratégias que favorecessem a permanência desses estudantes, respeitando e integrando as particularidades de sua cultura. O resgate e a valorização da identidade cultural indígena foram uma constante no ambiente escolar, por meio do ensino da história e da cultura indígenas, além de atividades e palestras que promoviam uma educação inclusiva e voltada para a diversidade cultural brasileira (MS, 2018e).

O acervo documental da escola foi transferido para uma escola a 1,4 km de distância da instituição. A destinação do acervo foi realizada com base no Decreto n.º 15.499, de 19 de agosto de 2020 (MS, 2020). E, a partir de 2020 a escola foi municipalizada.

6 - Escola Estadual F.

Conforme consta no Projeto Político-Pedagógico, a Escola Estadual F manteve, em seus cinco anos iniciais de funcionamento, um contingente médio de 600 estudantes matriculados. Os dados oficiais subsequentes do Censo Escolar demonstram variações na clientela discente, com adaptações na estrutura de turmas em conformidade com as diretrizes da Secretaria Estadual de Educação para otimização de recursos educacionais.

A escola desenvolvia projetos criativos e dinâmicos voltados para a melhoria da autoestima dos alunos, incluindo a realização de palestras e atividades extraclasse com a participação de convidados de diferentes setores da sociedade. A comunidade escolar, composta em sua maioria por funcionários públicos e profissionais autônomos (MS, 2018c).

Segundo do Decreto n.º 15.499, de 19 de agosto de 2020 (MS, 2020), uma escola estadual, distante 1,6 km desta, ficou responsável pelo acervo documental da escola após sua municipalização.

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

7 - Escola Estadual G.

Conforme informações do PPP da escola (MS, 2018f), a instituição iniciou suas atividades em 1986, ofertando imediatamente o 1º grau, com matrículas da 1ª à 8ª série, além do Pré-Escolar e da Educação Integrada e funcionava nos três turnos.

A partir de 2006, o ensino noturno foi encerrado devido ao número insuficiente de alunos. Em 2017, as atividades noturnas foram retomadas com a oferta de Educação Profissional. Na contextualização do diagnóstico do PPP, caracterizou-se a localização da escola como um conjunto habitacional construído entre 1976 e 1977 para atender trabalhadores de baixa renda, contando com infraestrutura completa, incluindo rede de esgoto, água encanada, energia elétrica, asfalto, transporte público, além de equipamentos como posto policial, praças, centro comunitário, campo de futebol, escolas, igrejas, creche e comércio diversificado.

Segundo do Decreto n.º 15.499, de 19 de agosto de 2020 (MS, 2020), o acervo documental da escola foi encaminhado para a Escola Estadual mais próxima, localizada à 850m da escola. Em 2020 a escola foi municipalizada.

O estudo revela uma característica interessante: a proximidade das unidades escolares às quais foram integradas. Por exemplo, a Escola Estadual B foi transferida para a Escola Estadual localizada a cerca de 300 metros de distância, enquanto a Escola Estadual C foi integrada à Escola Estadual situada a aproximadamente 750 metros. Da mesma forma, a Escola Estadual D teve seu acervo e comunidade escolar transferidos para a Escola Estadual a apenas 400 metros de distância e o acervo da Escola Estadual G foi transferido para Escola Estadual à 850 metros de distância.

Essa proximidade entre as escolas fechadas e as unidades receptoras sugere uma possível falta de planejamento urbano e educacional ao longo dos anos. A construção de escolas muito próximas umas das outras pode indicar uma distribuição inadequada de infraestrutura educacional, concentrando serviços em áreas específicas enquanto outras regiões, especialmente as periféricas, permanecem desassistidas. Essa dinâmica pode ter contribuído para a redução do número de matrículas em algumas unidades, uma vez que a oferta de vagas em escolas próximas pode ter dispersado a demanda.

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

Considerações finais

A investigação demonstrou que as unidades escolares desativadas se concentravam predominantemente em áreas centrais da cidade, enquanto as regiões periféricas - justamente aquelas com maior crescimento populacional e demanda por vagas - permanecem com infraestrutura educacional insuficiente. Essa disparidade espacial revela falhas estruturais no planejamento urbano-educacional, particularmente na capacidade de antecipar e responder às necessidades geradas pela expansão demográfica nas periferias, incluindo os grandes conjuntos habitacionais populares.

O processo de municipalização, ao transferir para os municípios a responsabilidade prioritária pela Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, criou um vazio na oferta de Ensino Médio em diversas regiões. Essa lacuna obriga adolescentes a percorrerem longas distâncias para continuar os estudos, aumentando os riscos de evasão escolar e aprofundando desigualdades educacionais já existentes. Os dados indicam que essa situação é particularmente crítica em bairros afastados do centro urbano, onde a concentração populacional tem crescido sem o correspondente investimento em equipamentos educacionais de nível médio.

A análise dos imóveis que abrigavam escolas desativadas revela diferentes destinos: alguns foram adaptados para novas funções públicas, como unidades de saúde e centros esportivos, enquanto outros permanecem subutilizados ou abandonados. Essa variação no aproveitamento dos espaços demonstra a ausência de um protocolo uniforme para a realocação desses ativos públicos, resultando em oportunidades perdidas para atender demandas comunitárias.

A proximidade geográfica entre escolas fechadas e unidades receptoras sugere ineficiências históricas na alocação de recursos educacionais. A existência de múltiplas escolas operando em um mesmo raio de ação indica possíveis duplicidades de investimento que poderiam ter sido evitadas com um planejamento mais criterioso, permitindo a alocação mais estratégica desses recursos em áreas carentes.

A distribuição desigual da infraestrutura educacional - com concentração no centro e escassez nas periferias - exige a formulação de políticas públicas que considerem:

DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO POPULACIONAL NAS PERIFERIAS

1. Os padrões de crescimento urbano e demográfico, especialmente em áreas de habitação popular
2. A necessidade de integração entre as diferentes etapas de ensino
3. Critérios transparentes para a destinação de imóveis escolares desativados
4. Mecanismos de avaliação contínua da rede física de ensino

A solução para esses desafios requer a adoção de um modelo de planejamento urbano e educacional integrado, capaz de articular a expansão da cidade com a oferta adequada de vagas em todas as etapas de ensino, garantindo equidade no acesso à educação em todos os territórios urbanos. Esse modelo deve incorporar análises preditivas baseadas em projeções demográficas, mapas de vulnerabilidade educacional e indicadores de qualidade de vida, assegurando que as decisões sobre a rede escolar considerem tanto as necessidades imediatas quanto o desenvolvimento futuro da cidade.

Financiamento: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS:

CAMPO GRANDE. Decreto n.º 14.128, de 28 de janeiro de 2020. Dispõe sobre a municipalização das Escolas Estaduais Nicolau Fragelli, Professor Carlos Henrique Schrader, Advogado Demosthenes Martins e Professora Hilda de Souza Ferreira e dá outras providências. *Diário Oficial de Campo Grande - MS*, Poder Executivo, Campo Grande, MS. 29 jan. 2020, Decretos, p. 2. 2020.

CAMPO GRANDE. Lei Complementar n.º 341, 4 de dezembro de 2018. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) e dá outras providências. *Diário Oficial de Campo Grande - MS*, Poder Legislativo, Campo Grande, MS. 5 dez. 2018, Sec. Suplemento, p. 1-89. 2018.

GRAÇA, T. C. C. Reordenamento de redes escolares no Brasil e em Portugal: racionalizar para qualificar para o ensino? 2016. 317f. Tese (Doutorado em Educação) – Escola de Humanidades, PUCRS, Porto Alegre. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7128>. Acesso em: 27 ago. 2024.

**DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO
POPULACIONAL NAS PERIFERIAS**

GESQUI, L. C.; FERNADES, A. G. Desafios na oferta de vagas em creches da rede pública municipal de ensino. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 15, e77666, 2021. <https://doi.org/10.5380/jpe.v15i0.77666>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 1 mar. 2024.

LARSEN, K. C. B.; STEIN, N. R. M. O Mapeamento das escolas estaduais de Campo Grande/MS de 1922 a 1979. *Educere - Revista de Educação da UNIPAR*, Umuarama, v. 24, n. 2, p. 188–209, 2024. <https://doi.org/10.25110/educere.v24i2.2024-10915>

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto n.º 1973, de 22 de maio de 1955. Cria a Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Nicolau Fragelli”, com sede nesta Capital e dá outras providências. *Diário Oficial de Mato Grosso do Sul - Imprensa Oficial*. Poder Executivo, Campo Grande, MS. 23 mai. 1955, Decreto Normativo, p. 1. 1955.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto n.º 866, de 02 de fevereiro de 1981. Cria a Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Riachuelo”, com sede nesta Capital e dá outras providências. *Diário Oficial Eletrônico de Mato Grosso do Sul - Imprensa Oficial*. Poder Executivo, Campo Grande, MS. 03 fev. 1981, Decreto Normativo, p. 1. 1981.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto n.º 3469, de 21 de fevereiro de 1986. Cria, no Sistema Estadual de Ensino, as Unidades Escolares que menciona dá outras providências. *Diário Oficial Eletrônico de Mato Grosso do Sul - Imprensa Oficial*. Poder Executivo, Campo Grande, MS. 24 fev. 1986, Decreto Normativo, p. 1. 1986.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto n.º 5817, de 25 de fevereiro de 1991. Cria a Escola Estadual de Pré-Escolar, 1º e 2º Graus “Prof. Otaviano Gonçalves da Silveira Júnior”, com sede no município de Campo Grande-MS e dá outras providências. *Diário Oficial Eletrônico de Mato Grosso do Sul - Imprensa Oficial*. Poder Executivo, Campo Grande, MS. 26 fev. 1991, Decreto Normativo, p. 1. 1991.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto n.º 15.132, de 10 de janeiro de 2019. Dispõe sobre a integração da Escola Estadual Escola Estadual Riachuelo à Escola Estadual Hércules Maymone, ambas com sede no Município de Campo Grande-MS, e dá outras providências. *Diário Oficial Eletrônico de Mato Grosso do Sul - Imprensa Oficial*. Poder Executivo, Campo Grande, MS. 11 jan. 2019, Decreto Normativo, p. 1. 2019a.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto n.º 15.139, de 28 de janeiro de 2019. Dispõe sobre a integração da Escola Estadual Prof. Otaviano Gonçalves da Silveira Júnior à Escola Estadual Arlindo de Andrade Gomes, ambas com sede no Município de Campo Grande-MS, e dá outras providências. *Diário Oficial Eletrônico de*

**DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO
POPULACIONAL NAS PERIFERIAS**

Mato Grosso do Sul - Imprensa Oficial. Poder Executivo, Campo Grande, MS. 29 jan. 2019, Decreto Normativo, p. 1. 2019b.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto n.º 15.140, de 28 de janeiro de 2019. Dispõe sobre a integração da Escola Estadual Zamenhof à Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, ambas com sede no Município de Campo Grande-MS, e dá outras providências. *Diário Oficial Eletrônico de Mato Grosso do Sul - Imprensa Oficial*. Poder Executivo, Campo Grande, MS. 29 jan. 2019, Decreto Normativo, p. 1-2. 2019c.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto n.º 15.499, de 19 de agosto de 2020. Dispõe sobre o encerramento de atividade e a integração de acervo escolar das Escolas da Rede Estadual de Ensino, nos termos que especifica, e dá outras providências. *Diário Oficial Eletrônico de Mato Grosso do Sul - Imprensa Oficial*. Poder Executivo, Campo Grande, MS. 20 ago. 2020, Decreto Normativo, p. 2-4. 2020.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. *Censo Escolar, Matrícula por Etapa e Modalidade de Ensino – REDE ESTADUAL, 2015-2019*. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/censo-escolar-6/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Lei n.º 1294 de 08 de abril de 1952. Cria a Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Zamenhof”, com sede no Município de Campo Grande-MS, e dá outras providências. *Diário Oficial de Mato Grosso do Sul - Imprensa Oficial*. Poder Legislativo, Campo Grande, MS. 15 abr. 1952, Lei, p. 1. 1952.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. *PPP – Projeto Político Pedagógico. Escola Estadual Riachuelo. Campo Grande, 2012*. Disponível em: <http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/PortalSistemas/PPP#>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. *PPP – Projeto Político Pedagógico. Escola Estadual Zamenhof. Campo Grande, 2018a*. Disponível em: <http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/PortalSistemas/PPP#>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. *PPP – Projeto Político Pedagógico. Escola Estadual Prof. Otaviano Gonçalves da Silveira Júnior. Campo Grande, 2018b*. Disponível em: <http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/PortalSistemas/PPP#>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. *PPP – Projeto Político Pedagógico. Escola Estadual Adv. Demosthenes Martins. Campo Grande, 2018c*. Disponível em: <http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/PortalSistemas/PPP#>. Acesso em: 15 nov. 2024.

**DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO
POPULACIONAL NAS PERIFERIAS**

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. *PPP – Projeto Político Pedagógico. Escola Estadual Nicolau Fragelli. Campo Grande, 2018d*. Disponível em: <http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/PortalSistemas/PPP#>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. *PPP – Projeto Político Pedagógico. Escola Estadual Prof. Carlos Henrique Schrader. Campo Grande, 2018e*. Disponível em: <http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/PortalSistemas/PPP#>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. *PPP – Projeto Político Pedagógico. Escola Estadual Prof.^a Hilda Ferreira de Souza. Campo Grande, 2018f*. Disponível em: <http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/PortalSistemas/PPP#>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SOARES NETO, J. J.; KARINO, C. A; JESUS, G. R; ANDRADE, D. F. A infraestrutura das escolas públicas brasileiras de pequeno porte. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 64, n. 3, p. 377-391, 2014. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23190>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PMCG. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Perfil Socioeconômico de Campo Grande – Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano - PLANURB, 2021. 554p.

PMCG. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Perfil Socioeconômico de Campo Grande – Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, 2024. 600p.

TAVARES, M. T G.; ALENCAR, C. S. Processos educativos de crianças em periferias urbanas: o que muda quando a casa vai ficando muito longe da escola? *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 69, p. 243-256, 2022. <https://doi.org/10.12957/teias.2022.66098>

SANTOS, M. *O espaço da cidadania e outras reflexões*. 2ed. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2013. 224p.

SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão*. 7ed. São Paulo: Edusp, 2021. 176p.

SEMED. Secretaria Municipal de Educação. *Central de Matrículas. Número de alunos Matriculados*, 2020. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, S. C. *A injustiça territorial provocada pelo fechamento de escolas públicas estaduais no rio de janeiro*. *Anais... XIV ENANPEGE*. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78440>. Acesso em: 15 mar. 2025.

**DESAFIOS URBANOS E EDUCACIONAIS: REORDENAMENTO DE ESCOLAS E EXPANSÃO
POPULACIONAL NAS PERIFERIAS**

SILVA, L. N. Desigualdade social e acesso à educação: Estudo sobre as barreiras socioeconômicas que afetam o acesso à educação de qualidade. *Revista Gestão Universitária*, p. 1-12, 2025. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/desigualdade-social-e-acesso-a-educacao-estudo-sobre-as-barreiras-socioeconomicas-que-afetam-o-acesso-a-educacao-de-qualidade>. Acesso em: 15 mar. 2025.

TORQUATO, F. C.; OLIVEIRA, A. K. M.; MATIAS, R.; OLIVEIRA, A. P. G. Análise dos impactos socioeconômicos e ambientais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, Tupã, v. 8, n. 63, p. 135-151, 2020. <https://doi.org/10.17271/2318847286320202496>

Autor correspondente:

Fernanda Gabriela Ferracini Silveira Duarte

UNIDERP

Av. Ceará, 333 - Vila Antonio Vendas, Campo Grande - MS, Brasil. CEP 79003-010

fergduarte@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.

